

-----**ACTA Nº 16/2009**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 JUNHO DE 2009**-----

-----Aos quinze dias do mês de Junho de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de reuniões da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro, Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Vidinha Baptista, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva.-----

-----Faltou o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente perguntou se algum dos presentes pretendia usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício que leu a seguinte intervenção, cuja cópia me entregou e seguidamente transcrevo: "FESTAS DA CIDADE 2009 - Comemorar a elevação a cidade é um acto obrigatório a que deve estar associada uma elevada dignidade e porque não um elegante "bom gosto".-----

-----A estratégia que pressupõe a realização das FESTAS DA CIDADE deveria estar associada à Promoção do Concelho de Almeirim, das actividades desportivas, culturais, sociais, industriais, comerciais, turísticas e gastronómicas, onde deveria haver lugar de destaque ao forte peso que a cultura da vinha e do vinho sempre tiveram em Almeirim. Elevados custos

deverão ter contrapartidas eficazes na divulgação do nosso património. Sem pôr em causa a sua realização, recorro que há os aspectos legais a ter em conta, nomeadamente os que têm a ver com e quem suporta o financiamento dos respectivos custos e qual a sua dimensão. Como deve ser do conhecimento de todos, nos termos do Artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, a celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste directo deve ser publicitada pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos através de uma ficha conforme modelo constante do anexo III do presente Código e do qual faz parte integrante (nº1). A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia do respectivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos (nº2). Ora acontece que não encontramos publicitados quaisquer contratos referentes aos custos com quem actua nestas FESTAS DA CIDADE! Como pressupomos que eles não vêm actuar gratuitamente, alguém lhe vai pagar, por isso temos direito de saber, não só qual o preço contratual, como quem lhes paga?-----

-----2- Nós Por Cá da SIC de 8 de Junho de 2009 - Na segunda-feira, 8 de Junho de 2009, assisti na SIC, no programa Nós Por Cá, a uma intervenção do senhor presidente da câmara que sem me surpreender, não me dá hipóteses de ficar indiferente, tal é a gravidade da afirmação e o "à vontade" e a desfaçatez com que proferiu tais declarações públicas que constituem mais uma mentira grave que visa objectivos e interesses político-partidários que só o próprio saberá justificar. Num cenário montado à boa maneira "caciqueira", em resposta à pergunta da jornalista sobre qual era a vantagem de ter um estabelecimento prisional em Almeirim, o senhor presidente da Câmara respondeu: "A fixação de mil e tal pessoas trás movimento para a economia e trás desenvolvimento para o local, não é por acaso que já estão à procura de terrenos algumas empresas para se fixarem em Paço dos Negros, por exemplo a Avipronto que é uma multinacional que se dedica à produção de pintos vai para Paço dos Negros, penso

que não é para me vender um pinto a mim e ao senhor presidente da junta, vem porque aqui há consumo..." Para além da gravidade e irresponsabilidade que assumem estas suas declarações, importa esclarecer desde já que, ou "deteve uma informação privilegiada que utilizou em favor de uma empresa multinacional", o que não acredito, pois, o mais provável é que, mais uma vez, como é aliás seu hábito, tenha faltado à verdade. É que a AVIPRONGO solicitou à Câmara Municipal de Almeirim por requerimento em 28 de Janeiro de 2008 a possibilidade de implantação de seis pavilhões avícolas, num prédio sito em VALE DA LENTRESQUEIRA, freguesia de Fazendas de Almeirim, tendo o senhor presidente da câmara, por despacho de 30 de Janeiro de 2008, notificado a referida empresa do respectivo parecer favorável, com as salvaguardas de algumas situações, cuja cópia se segue.-----

-----Recordo que em 6 de Março de 2008 como se podia ler no Mirante. "Um terreno com 30 hectares na Mata das Virtudes, Azambuja, é a localização para a super prisão que o Ministério da Justiça pretende construir a médio prazo e cujo projecto prevê a criação de 600 postos de trabalho, para pessoas já fixadas na Azambuja, que são exigidos pelo presidente da câmara, Joaquim Ramos, dado a incidência deste equipamento que vem limitar o desenvolvimento do concelho " Ora, como toda a gente sabe e para que não restem dúvidas, por sua única responsabilidade, a "sua prisão" só chegou em Junho de 2008, quando o senhor, não teve dúvidas em tentar prejudicar definitivamente o nosso Concelho, em nome de interesses politico partidários que só V^a Ex^a saberá explicar. Mais uma vez o senhor faltou à verdade. Qual é a razão que o leva a querer destruir a população de Marianos e de Paço dos Negros? Será que o senhor num acto de humildade democrática não lhes quer pedir desculpas? Será que o senhor não alcança o que iria acontecer, se de facto a sua afirmação de que "viriam mais de mil e tal pessoas" fosse verdadeira, o que iria acontecer aquelas duas localidades? Para onde iriam viver? O que iria acontecer às suas casas? Para além da falsidade é uma total irresponsabilidade. De uma vez por

todas que fique bem claro, que a construção de uma prisão não é, nem nunca foi um investimento, é sempre um elevado CUSTO ECONÓMICO E SOCIAL para as populações que são obrigadas a suportar tais equipamentos, gera a desertificação, a pobreza a insegurança e prejudica seriamente o desenvolvimento económico e social de qualquer região. Tudo farei, não só para o responsabilizar e a todos aqueles que o têm apoiado, como espero que o próximo executivo municipal proceda à anulação de todos os actos praticados, por serem ilegais, relativamente à construção da sua prisão."-----

-----O Autarca orador apresentou requerimento a corrigir o apresentado na reunião anterior, que a seguir se transcreve:----

-----"Requerimento 03/2009 Entreguei rectificação ao requerimento 02/2009 que tinha uma data errada. Solicitou cópia do Relatório remetido pela Inspecção Geral da Administração Autárquica, nos termos da alínea s) do número um do artigo sessenta e oito da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco-A/2002 de um de Novembro, conjugada com o artigo terceiro, número um, alínea a), e quinto da Lei número quarenta e seis de dois mil e sete, de vinte e quatro de Agosto.-----

-----FRANCISCO MANUEL MAURÍCIO DO ROSÁRIO, portador do B.I. nº 2026036 (A.I. de Santarém), residente na Rua António Sérgio, nº 22 - A, 1º Esqº 2080-062, em Almeirim, e vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, vem de acordo com o estipulado na alínea s) do nº 1 do artº68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, conjugado com artº13º e previsto no artº 5º da Lei 46/2007 de 24 de Agosto, que se digne mandar entregar-me uma cópia do RELATÓRIO elaborado pela IGAL- Inspecção Geral da Administração Local, relativo à acção de inspecção realizada ao Município e que já foi remetido a V.Exa conforme informação de vinte e dois de Maio de dois mil e nove do senhor Inspector Geral da Inspecção Geral da Administração Local (cf. www.igal.pt).-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pediu também o uso da palavra e disse: " Não me vou alargar muito sobre a história ocorrida em Paço dos Negros, foi uma situação ridícula e caricata e onde a demagogia do Senhor Presidente cai no ridículo, não só por aquilo que o Senhor Vereador Francisco Maurício acaba de narrar, mas também pelo cenário montado, onde chegamos ao ponto do Senhor Presidente da Junta encomendar aos técnicos da Sic, que filmassem os "buracos do ar" e não os sobreiros. Sobre esta matéria mais nada me resta dizer porque considero que não são situações destas que dignificam o mandato entregue pela população aos eleitos."-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse: "Tenho um pequeno comentário que dá pelo nome de "tiro pela culatra", é o que faz querer montar uma peça e depois as coisas saírem exactamente ao contrário. Gostaria apenas de dizer e não tendo nenhuma procuração do Senhor Presidente que também fui dos que votaram a favor e sou a favor da instalação do estabelecimento prisional de Lisboa e Vale do Tejo em Paço dos Negros."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Estando presente o Senhor Presidente da Câmara nesta reunião e não tendo eu conhecimento de qualquer incapacidade da sua parte, dispenso em questões formuladas por mim directamente ao Senhor Presidente da Câmara qualquer esclarecimento prestado pelo Senhor Vice Presidente, para hoje e para o futuro, a não ser que o questione."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: "Como isto ainda é uma democracia, apesar de eventualmente todos partilharmos esse conceito, sinto-me com legitimidade para falar e emitir a minha opinião sobre qualquer assunto aqui tratado."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Nunca pus em causa a liberdade democrática do Senhor Vereador Pedro Ribeiro, ponho em causa a arrogância com que pretende substituir o Senhor Presidente da Câmara sem qualquer legitimidade para o fazer. Podem não ser questões que se relacionem com a democracia, podem ser questões de natureza eleitoral mal resolvidas ou pode ser

simplesmente falta de educação."-----
-----O Senhor Vice-Presidente disse: " Tenho muita pena que o
Senhor Vereador confunda a verdade das respostas com outros
conceitos."-----

-----O Senhor Presidente informou que este ano as Festas da
Cidade que estão a decorrer no Jardim da Biblioteca, não vão ter
nenhuma sessão de fogo de artifício. Referiu que é uma medida de
contenção, e em vez disso, vão tomar como iniciativa, a
constituição de um banco com equipamentos ortopédicos que
pretende dar resposta às necessidades dos mais carenciados que
necessitem de apoio nesta área.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**4- OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu
conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em
projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras
abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----António Marques Garcia, quarenta e dois de dois mil e nove-----

PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento do
despacho de deferimento proferido em sede de projectos globais,
referente ao processo de obras a seguir indicado, ao abrigo da
delegação de competências:-----

-----Paulo César Alves Motas, trinta e um de dois mil e nove.---

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----ANÁLISE DE PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESTIMO - Foi
presente a análise de propostas do Técnico Superior, Gilberto
Xavier, para contratação de empréstimo a longo prazo no valor de
duzentos e sessenta e um mil novecentos e quatro euros para a
Requalificação Praça Lourenço de Carvalho em Almeirim.-----

-----É referido pelo Técnico que: "Para todas as propostas

apresentadas, a taxa de juro é variável associada à Euribor a seis meses, e o prazo global do empréstimo é de vinte anos, conforme consta do pedido da proposta.-----
-----À Euribor a seis meses, acresce o "spread" e os encargos e comissões a cobrar, conforme consta no quadro.-----
-----Da análise às propostas apresentadas, a mais vantajosa é a do Banco Português de Investimento, SA, desde que a assinatura do contrato ocorra até noventa dias após a entrega da proposta na Câmara (vinte e dois de Maio de dois mil e nove), ou seja até vinte de Julho de dois mil e nove."-----

| ENTIDADE | Prazo Global de Reembolso do empréstimo | p.a /a. p | Comissões e Encargos | O.B.S. |
|----------------------------|---|-------------------------|--|---|
| | | Spread (Acréscimo) | | |
| BANCO BPI, S.A | 20 Anos | 1,925% | Montagem Org. Processo 1500,00 € . No caso de reembolso antecipado sem penalização, c/aviso prévio 30 dias. | Validade da proposta: 60 dias após entrega da proposta, e a assinatura do contrato até 90 dias após entrega da referida proposta. |
| BANCO ESPÍRITO SANTO, S A | 20 Anos | 2,000% | Montagem Org. Processo 1500,00 € . No caso de reembolso antecipado 1,5% sobre o valor a liquidar. | 30 dias seguidos a contar de 22/05/2009. 60 dias, após a dta de comunicação de adjudicação, para concluir o processo. |
| CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS | 20 Anos | 2,140% | Isento | Validade da proposta: 90 dias |
| BANCO SANTANDER TOTTA, S.A | 20 Anos | a) 2,600% | Isento | a) Cláusula contratual de alteração do spread, após 3 anos de vigência do contrato. |
| MILLENIUM bcp | 20 Anos | Não Apresentou Proposta | | |

-----Posta a votação a análise de propostas acima indicada foi deliberado por maioria adjudicar à proposta mais vantajosa, a apresentada pelo Banco Português de Investimento SA., com o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "Declaração de voto: Voto contra e faço voto de vencido porque acho que é um mau projecto que não vai de encontro às necessidades do local, nem aos interesses do Concelho.-----

-----Reduz em muito o estacionamento, prejudicando grandemente o comércio local, não tem em conta o futuro funcionamento da esplanada, pois não a contempla com casas de banho nem arrecadação, é atravessada por uma via que tem o aspecto de ser "rápida", o que não é aconselhável para o local e tem um preço muito elevado 849.202,68 € que, considero um luxo desnecessário tendo em conta o momento de crise que atravessamos e a falta de bom gosto na intervenção proposta.-----

-----Esta intervenção só tem fins de propaganda eleitoral custeada por todos nós.-----

-----Os comerciantes e prestadores de serviços de toda a zona envolvente do Parque das Laranjeiras aperceberam-se, tardiamente ou talvez não, da gravidade da obra inventada por V^a Ex^a com motivos exclusivamente eleitorais e com o objectivo de esconder o confrangedor vazio que foi este mandato.-----

-----Parece-me mais um tiro no pé. Ainda está a tempo de emendar o tremendo erro que se prepara para cometer.-----

-----V^a Ex^a vai tomar a medida mais penalizante para o Centro da Cidade, vai contribuir decisivamente para o agravamento da crise que tem afectado os comerciantes e contribuir decisivamente para a desertificação do Cento da Cidade.-----

-----Esta medida é uma grande falta de respeito por todos os que se dedicam ao comércio e aos serviços que vão ser fortemente penalizados, bem como os moradores da zona que irão ter graves problemas.-----

-----Apelo desde já à Assembleia Municipal para que reprove esta medida, reprovando a aprovação do empréstimo bancário necessário. Pode ser que neste caso a maioria acorde e ponha acima dos interesses particulares, o interesse de Almeirim.-----

-----A todos os que se me têm dirigido, recomendo que abordem os deputados municipais que terão a última palavra na aprovação deste empréstimo.-----

----- Em relação ao endividamento da Câmara, quero notar a situação em Junho de 2009: No exercício das nossas funções, os eleitos locais estão vinculados a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem. -----

-----Recordo que nunca nos foi presente qualquer relatório do auditor externo, isto é a informação semestral sobre a respectiva situação económica e financeira quer do Município, quer das diversas empresas municipais, o que constituiu uma reiterada violação do nº 3 alínea d) do artº 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, o que torna impeditivo o exercício da função de vereador.-----

-----De acordo com o nº 6 do artº 38º da Lei 2/2007 de 18 de Janeiro, "o pedido de autorização à assembleia municipal para a contracção de empréstimos de médio e longo prazos é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município";-----

-----Também não foi distribuído, pelo senhor presidente da câmara municipal, o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, pelo que foram violados não só o nº 6 do artº 38º da Lei 2/2007 de 18 de Janeiro, mas também o nº 2 do artº 87º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002, pelo que podem tipificar-se como nulos os actos praticados por inobservância das normas legais (artºs 85º e 95º da citada Lei;-----

-----Pequenas notas para ver a situação financeira da Câmara:---
1.A transferência do ORÇAMENTO DO ESTADO, anualmente, para a Câmara de Almeirim, assume um valor de cerca de 6,6 milhões de euros-----

-----2.Os encargos com pessoal situam-se, anualmente, em cerca de 4,8 milhões de euros-----

-----3.Actualmente o endividamento bancário poderá atingir cerca de 8,6 milhões de euros, o que pressupõe encargos anuais previsíveis acima de 1,5 milhões de euros, ora sabendo-se que tais empréstimos implicam como garantia a consignação de receitas municipais, que não se encontrem legalmente consignadas, somos levados a concluir que cerca de 17,5% das transferências, anuais do orçamento do estado, já se encontra comprometido, com o pagamento das amortizações e encargos dos empréstimos.-----

-----4.Por outro lado, não tem sido cumprida as normas legais e obrigatórias, nomeadamente a entrega do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, o que provoca a nulidade dos actos praticados.-----

-----Por isso ao contrair este endividamento brutal, não foram ainda contabilizados os vários e inumeráveis "leasings" e outras eventuais formas de empréstimos, está a prejudicar-se o futuro do desenvolvimento de Almeirim, tornando urgente que o executivo saído das próximas eleições autárquicas, proceda a uma auditoria externa, de modo a que seja determinada a legalidade destes empréstimos e responsabilizar quem os votou favoravelmente, não podendo a autarquia assumir a responsabilidade pelo seu cumprimento."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção deve-se ao facto de estar hoje aqui em cima da mesa a deliberação sobre as propostas apresentadas pelos bancos para o empréstimo relativo à obra no Parque Lourenço de Carvalho. A minha abstenção traduz a recusa em me pronunciar sobre as mesmas, visto que discordei sobre o empréstimo, mas não vou repetir os argumentos que já dei em reunião anterior. Também não vou repetir as minhas críticas à requalificação daquele parque que também deixei claras em reuniões anteriores. A minha abstenção resume-se só à matéria que esta em causa."-----

-----O Senhor Vice-Presidente ditou a seguinte declaração de voto: " Eu gostaria de dizer que não tenho nenhum interesse particular no Parque Lourenço de Carvalho e portanto tenho alguma dificuldade em ficar calado sobre esta matéria. Gostaria de dizer também que das conversas que tenho tido quando ando na rua, nenhum comerciante levantou questões sobre essa obra. Gostaria também de dizer que é sempre com algum espanto que ouço falar das finanças da Câmara de Almeirim quando os exemplos dados de boa governação são da Câmara do Cartaxo e da Câmara de Santarém."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " No que me diz respeito não reconheço qualquer validade oficial na resposta dada pelo Senhor Vereador Pedro Ribeiro no que em relação à minha intervenção diz respeito."-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse: "Isso é um problema que o Senhor Vereador terá de resolver sozinho. Da minha parte continuarei a responder."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Da minha parte continuarei a ignorar a resposta do senhor Vereador Pedro Ribeiro, salvaguardando no entanto a possibilidade de mudar de opinião se o Senhor Vereador Pedro Ribeiro for candidato a Presidente da Câmara pelo Partido Socialista à Câmara de Almeirim. Nesse caso terei muito gosto em começar a considerar as suas respostas."-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse: "O partido que faço parte ensinou-me que em democracia apesar de podermos não concordar, todas as opiniões são para ter em conta."-----

-----Em relação ao resto, pendo que o Senhor Vereador Francisco Maurício vai mesmo ter que continuar a ignorar até final do mandato."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "A ser verdade o que o Senhor Vereador acaba de afirmar quero lamentar, porque lhe reconheço muitas capacidades para dedicar à nossa terra."---

-----ACIDENTE NA OBRA DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA - O

Senhor Presidente referiu que aquando da construção do edifício da Junta de Benfica, faleceu um operário. A legislação não prevê que sejam responsabilizados os organismos públicos, e desta forma não possam ser constituídos arguidos, mas sim os funcionários. Neste âmbito, o Arquitecto Sampaio, na qualidade de responsável pelo projecto foi constituído arguido, bem como a Senhora Eng.^a Fátima Lopes.-----

-----Foi presente a carta do Arquitecto Assessor Principal, Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa que a seguir se transcreve: "Processo nº 99/03.8TAALR do Ministério Público do Tribunal Judicial de Almeirim, relativo à obra da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo - O Signatário foi notificado em vinte e nove de Abril de dois mil e nove da acusação do Ministério Público relativamente ao acidente ocorrido em dez de Julho de dois mil e três na obra da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, donde resultou o falecimento do operário Carlos Manuel da Conceição Fernandes.-----

-----A Câmara Municipal de Almeirim disponibilizou o Projecto da Obra à referida Junta de Freguesia, tendo o signatário, enquanto funcionário municipal, elaborado o projecto parcelar de arquitectura por solicitação do Executivo Municipal.-----

-----Como é também do conhecimento de V. Ex^{as} a responsabilidade criminal indicada no processo só passou a abranger as pessoas colectivas a partir do ano de dois mil e sete, com a entrada em vigor da Lei nº 50/2007 de quatro de Setembro. Certo é que, o signatário já apresentou a respectiva defesa invocando a sua absoluta inocência -----

-----Tendo em atenção o que atrás se expõe, e por mera cautela, vem solicitar que lhe seja deliberado que em caso de impender sobre o signatário qualquer obrigação de indemnização decorrente da tarefa de que foi incumbido pela Câmara Municipal de Almeirim no exercício das suas competências, que esta se substitua no pagamento a que eventualmente venha a ser condenado."-----

-----Foi ainda presente o pedido da Técnica Superior, Maria de Fátima Lopes, que a seguir se transcreve: " De acordo com as

várias conversas que o Senhor Presidente teve comigo. Sou a entregar a proposta de honorários que o Sr. Dr Martins Leitão me apresentou.-----

-----Esta proposta de honorários refere-se à minha defesa como arguida (na fase de instrução) no caso acima referido. Como isso resulta da minha intervenção nesta obra, em que fui nomeada por V. Ex^a enquanto funcionária deste município, como fazendo parte da fiscalização, e ainda porque me parece o acidente não resultar de uma deficiente fiscalização, julgo, como aliás o Sr. Presidente já havia concordado, ser da responsabilidade da Câmara o pagamento das despesas agora apresentadas e que passo a resumir:-----

-----Honorários do advogado entre o início do mandato e a decisão instrutória fixados em sete mil e duzentos euros acrescidos de IVA, o que resulta em oito mil seiscentos e quarenta euros; taxas de justiça no valor de duzentos e quatro euros.-----

-----O que totaliza oito mil oitocentos e quarenta e quatro euros, sendo que a proposta do Advogado, é que sejam liquidados agora cinquenta por cento dos honorários mais as taxas de justiça, sendo que os outros cinquenta por cento sejam pagos quando estiver marcado o debate instrutório. Neste caso serão liquidados agora quatro mil quinhentos e vinte e quatro euros e posteriormente quatro mil trezentos e vinte euros."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse: "Primeiro - Tendo este acidente ocorrido no mandato anterior, no qual eu já era Vereadora, nunca fui no entanto oficialmente informada de tal em reunião de Câmara. É obvio que tenho conhecimento do acidente porque Almeirim é um concelho pequeno em que tudo se sabe rapidamente. -----

-----Este à parte vem como forma de comentário às primeiras palavras proferidas pelo Senhor Presidente agora ao referir-se à matéria que está em deliberação. -----

-----Segundo, temos aqui dois pedidos diferentes de dois funcionários da Câmara que desempenham papeis também eles

diferentes na respectiva obra. Quero ainda sublinhar o facto que não compreendo porque é que são arguidos os funcionários e não o dono da obra, no entanto desconheço a legislação que estava em vigor aquando do acidente.-----

-----Quero ainda referir que estranho o facto de os funcionários terem sido considerados arguidos e não o dono da obra, mas talvez a lei em vigor aquando do acidente assim o ditasse.-----

-----Quanto ao pedido dos dois técnicos, gostaria de os separar. Se o pedido da Eng^a Fátima Lopes me parece legítimo, isto é, que a Câmara suporte os custos com a sua defesa em tribunal visto ela estar envolvida na obra por questões de serviço, já o pedido apresentado pelo Arquitecto Sampaio me parece inaceitável. Este pedido não se refere aos honorários relativos à sua defesa, mas sim à possibilidade da Câmara vir a suportar os custos inerentes a uma decisão do tribunal onde este venha a ser considerado culpado. Parece-me a mim e se fizer uma analogia com o pagamento dos custos previstos em relação a responsabilidades de Autarcas, estes só são suportados pelos dinheiros públicos da Autarquia quando não há dolo, quando o há, têm considerados os tribunais que estes devem ser suportados por quem é acusado. Por isso parece-me que seria fundamental ter aqui um parecer jurídico que nos viesse clarificar e sustentar, mas, sobretudo em relação ao pedido do Arquitecto Sampaio, por isso proponho o adiamento deste ponto sem deliberação e que venha um parecer sobre esta matéria."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Concordo na generalidade com as observações da Senhora Vereadora Manuela Cunha, queria no entanto colocar algumas questões, nomeadamente se bem me recordo em reunião de Câmara há muito tempo atrás, mas neste mandato, foi deliberado não suportar o custo da indemnização a pagar pelo funcionário Cândido Castelo, referente à indemnização pela morte de um jovem, por não se ter encontrado enquadramento legal para o fazer.-----

-----A questão que coloco em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, é qual é o enquadramento legal que nos permite votar

favoravelmente esta questão, se bem que reconheço que moralmente o deveria fazer. Não é bem claro para mim o requerimento do Architecto Sampaio, gostaria no entanto de saber, se o seu advogado foi o Dr. Sérgio Coutinho dos Santos e se os seus honorários se encontram pagos. A propósito desta matéria, não tendo no entanto nada a ver com a questão colocada, quero relembrar este Executivo pela milésima vez que a Câmara Municipal de Almeirim continua em dívida para com o meu advogado aquando da acção interposta pondo em causa a suspensão parcial do PDM. Recordo, que está taxativamente na lei, o cumprimento dessa obrigação, e recordo também, que é o próprio Juiz, que no seu Despacho, me reconhece enquanto Vereador da Câmara Municipal de Almeirim. Cobardemente este Executivo solicitou à Assembleia Municipal emissão de parecer sobre a matéria que foi dado no sentido do não cumprimento da Lei como era de esperar, tendo em vista o seu proponente. Até hoje continuo à espera que haja uma deliberação deste Executivo, negativa na certa, a fim de poder recorrer superiormente da decisão, que seguramente me será favorável.-----

-----Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, também sou da opinião de que seja adiado a fim de consubstanciar legalmente a nossa deliberação."-----

-----O Senhor Presidente disse: " Na generalidade concordo com as questões que aqui foram ditas sobre os pedidos formulados pelo Senhor Architecto Sampaio e Senhora Eng^a Fátima Lopes. Esta posição leva-me a que nestes pedidos eu considero duas ordens de questões perfeitamente distintas, a primeira a aceitação dos advogados escolhidos por estes dois técnicos e o pagamento dos honorários por eles apresentados, a segunda o pagamento de uma eventual indemnização que o tribunal venha a sentenciar. Nesta apreciação reforço a opinião de que é injusta a condição de arguidos a que foram remetidos pelo tribunal e portanto considero que é de toda a justiça que a Câmara responda ao pagamento dessas despesas.-----

-----Já no que diz respeito há indemnização penso que só será

possível tomar uma posição perante parecer jurídico fundamentado no articulado da sentença.-----

-----Por isso a minha posição ao primeiro ponto e a expectativa em relação ao segundo."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Concordo com o Senhor Presidente de uma forma geral, mas no entanto gostaria de saber qual é a legislação que permite que a Câmara pague apoio jurídico aos funcionários da Autarquia."-----

-----A Câmara deliberou pedir parecer ao consultor Jurídico sobre a petição do Senhor Arquitecto Sampaio, havendo parecer favorável em relação ao pagamento aos advogados.-----

----- AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar as despesas dos autocarros ao serviço das respectivas entidades: Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município, mil setecentos e oitenta e seis euros e vinte e sete cêntimos; Escolas de Fazendas, Serra e S. José de Fazendas de Almeirim, mil e doze euros e quarenta cêntimos; Escuteiros de Almeirim e Fazendas, quatrocentos e noventa e quatro euros e trinta e um cêntimos; Escola Secundária Marquesa de Alorna, sessenta euros e sessenta e três cêntimos; CADCA - Secção de Taekwondo, quinhentos e nove euros e noventa e cinco cêntimos; Junta de Freguesia de Almeirim, trezentos e quinze euros e vinte e cinco cêntimos; Casa Repouso S. João Batista, trezentos e setenta e cinco euros; União Veteranos de Almeirim, duzentos e cinquenta e um euros e quarenta e um cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Ténis, trezentos e setenta euros e oitenta e um cêntimos; Associação Vinte Quilómetros - Secção de Natação, trezentos e vinte e cinco euros e sessenta e oito cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Atletismo, cento e catorze euros; Associação de Apoio a Famílias de Fazendas de Almeirim, cento e quarenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos; escola de Marianos, e E.B. 2 e 3 de Fazendas de Almeirim,

trezentos e vinte e três euros e vinte e oito euros; Escolas de Raposa e E.B.2 e 3 de Fazendas de Almeirim, duzentos e trinta e três euros e quarenta e seis cêntimos; Universidade Sénior de Almeirim, seiscentos e doze euros; Assembleia de Deus, quatrocentos e sessenta e oito euros e sessenta e três cêntimos; Escola de Cortiçóis, quarenta e sete euros e trinta e oito cêntimos; Casa de Repouso S.João Batista, duzentos e cinquenta e quatro euros e oitenta cêntimos.-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Agrupamento de Escolas Febo Moniz, para o encerramento das actividades lectivas das escolas da freguesia de Benfica do Ribatejo - trezentos euros; Banda Marcial de Almeirim, duzentos e vinte e cinco euros, para apoio à colectividade nas comemorações do seu 78º aniversário; Grupo Motard "Os Aceleras da Charneca", mil duzentos e cinquenta euros, para apoio à concentração Motard, organizada por este grupo; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Ciclismo, mil euros para apoio à realização da Sexta Prova de Ciclismo, Rota Sopa da Pedra, integrada nas Festas da Cidade; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Cicloturismo, mil euros para apoio à realização do Décimo Segundo Passeio de Cicloturismo, Rota Sopa da Pedra; Grupo Desportivo Raposense, seiscentos e quarenta e nove euros, para aquisição de Plasma; União de Veteranos de Almeirim, quinhentos euros, para apoio à realização do "Torneio de Futsal - Vinte e Quatro Horas"; Clube de Amadores de Pesca do Ribatejo, cento e cinquenta euros, para apoio à participação de Filipe Patrício, no Campeonato Mundial de Pesca a realizar dias vinte e cinco e vinte e seis de Julho, em Coruche; Foot kart, mil e quinhentos euros, para apoio à realização de "Copa Foot Vinte e Um"; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Atletismo, trezentos euros para apoio à participação dos atletas, no Campeonato Nacional de Juvenis, a decorrer no Luso; Associação Vinte Quilómetros de

Almeirim, cento e cinquenta euros para os almoços servidos e ainda mil quinhentos e setenta e seis euros, para aquisição de prémios para oferta aos participantes do Quarto Torneio Aberto de Petanca em Doublete; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Natação, pagamento de alimentação aos jovens participantes no evento de natação sincronizada, realizada dia catorze de Junho, mediante apresentação de factura.-----

-----EXPEDIENTE E LIMPEZA DAS ESCOLAS - Sob proposta da Sr^a Vereadora Joana Batista, a Câmara deliberou pagar o subsídio de expediente e limpeza a todas as escolas do primeiro ciclo, Jardins de Infância e ATL do Concelho, respeitante ao terceiro período lectivo, num total de noventa salas e no valor de cem euros por sala.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes cinco comunicações do Gabinete de Acção Social, onde são descritas as respectivas situações dos agregados familiares, que a seguir se resumem, bem como a deliberação correspondente:-----

-----Presente o pedido de Elvira Conceição Santos Lourenço Figueiredo, residente na Rua das Faias, número setenta e dois, em Almeirim, a Senhora vive só, encontra-se desempregada e auferir o valor mensal de trezentos e trinta e cinco euros e quarenta cêntimos de subsidio de desemprego, com o qual tem de fazer face à despesa de renda de casa, água e luz. A Senhora tem necessidade de substituir os seus óculos, mas não tendo possibilidade financeira de o fazer, pois o orçamento apresentado é de duzentos e noventa e um euros e trinta cêntimos. Solicitou apoio ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Almeirim, ao que lhe foi dada a comparticipação de cem euros. Vem solicitar à Câmara que lhe dê apoio nos restantes cento e noventa e um euros e trinta cêntimos.-----

-----Posto o assunto à aprovação, foi deliberado apoiar nos restantes cento e noventa e um euros e trinta cêntimos.-----

-----Em nome de Maria Tomé Silvestre Chaves, residente na Rua Dr. Manuel Caroça, número cinquenta e seis, em Fazendas de Almeirim, o pedido de apoio de material para arranjo de um espaço destinado a quarto, que servirá para o seu neto, de dezoito anos, para que tenha alguma privacidade, tendo este mesmo já começado a recuperação do espaço. A Senhora Maria Tomé coabita com o seu marido, casal já idoso e ambos reformados, que têm de pensão mensal cerca de quinhentos e trinta euros, e ainda com um filho, divorciado e neste momento desempregado, e o neto à procura de um primeiro emprego.-----

-----Posto à votação, foi deliberado apoiar com o material necessário para a recuperação do espaço.-----

-----Presente o pedido em nome de Ilda Madureira Oliveira Gonçalves, residente na Rua Primeiro de Maio, número dezanove, em Almeirim. A Senhora, viúva, solicita ajuda à Câmara, na medida em que irá brevemente perder a casa que habita com o seu filho, maior. A requerente, trabalha na agricultura, alternando entre períodos de emprego e desemprego e por vezes não tem direito ao respectivo subsídio, auferir uma pensão de sobrevivência no valor de cem euros, os quais são quase na totalidade para medicamentos. O filho trabalha na construção civil, mas dadas as dificuldades da empresa, trabalha só alguns dias por mês. Dada a situação, e tendo sido a casa penhorada pelo banco, por esta não ter conseguido cumprir com os seus compromissos, vem solicitar apoio à Câmara para construção de uma pequena casa, ou cedência de um contentor, para poder habitar com o seu filho. A Senhora informa que para uma ou outra alternativa, o irmão que não a podendo ajudar de outra forma, tem um terreno disponível, o qual lhe cede.-----

-----Posto o assunto à votação, foi deliberado convocar a Senhora para reunião.-----

-----Presente o pedido em nome de Maria dos Anjos Sequeira, moradora na Rua de S. Pedro, em Fazendas de Almeirim. A requerente é reformada por invalidez, e recebe uma pensão de duzentos e quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos. O

marido está desempregado e recebe de subsidio trezentos e trinta euros. Vivem em casa própria, e já foram apoiados pelo projecto ASCA, e também pela Câmara.-----

-----Neste momento vem solicitar cimento e areia, para cimentar a entrada da habitação.-----

-----Posto o assunto à votação, foi deliberado apoiar a requerente, cedendo o material solicitado.-----

-----Por último, a situação descrita em nome de Antonieta Flausino, funcionária da Autarquia e que sempre tem contado com o apoio da mesma. A Antonieta vive com os três filhos, a mãe, o companheiro de uma das filhas e duas crianças. O marido da requerente está a trabalhar em França, mas não comparticipa com valor algum para ajuda da família. O rendimento da Senhora é de quatrocentos e cinquenta euros, e a sua mãe auferir de uma pensão cerca de duzentos e quinze euros, sendo neste momento os únicos rendimentos da família, mas tendo um encargo mensal bancário de cento e cinquenta euros.-----

-----O espaço que habitam é muito reduzido e sem nenhuma condições de habitabilidade, conforme constatado pelo Gabinete de Acção Social da Câmara.-----

-----A Antonieta solicita apoio à Autarquia para, melhoria de condições habitacionais.-----

-----Posto o assunto à votação, foi aprovado ajudar a Senhora no seu pedido.-----

-----ESCOLA MUNICIPAL DE TENIS - Foi presente a proposta do Coordenador Técnico da Escola Municipal de Ténis, Professor António José Féria, do seguinte teor:-----

-----"Vem a Escola Municipal de Ténis constatando que nesta época do ano há um interesse acrescido na aprendizagem e prática do ténis, ao que não será alheia o fim do ano escolar e a melhoria das condições climatéricas.-----

-----Atendendo a que a política da Escola Municipal de Ténis tem sido sempre proporcionar ao maior número de interessados a prática deste desporto, vimos propor a título excepcional que

sejam isentos de taxa de inscrição os interessados em fazer ténis, cardio-ténis, miniténis, etc, nos meses de Junho e Julho de dois mil e nove.-----

-----Na certeza de estarmos a zelar pelo aumento de alunos e no consequente crescimento da Escola Municipal de Ténis vimos por este meio colocar esta nossa pretensão."-----

-----Posto este assunto à votação, foi deliberado ratificar a proposta apresentada.-----

----- COMANDO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO - Foi presente a proposta do Senhor Vice Presidente, referente ao Comando de Operações de Socorro (CDOS), do seguinte teor:-----

-----"Atendendo a que o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Santarém se encontra dividido entre dois locais distintos.-----

-----Atendendo a que esta é a mais importante estrutura, ao nível distrital, no âmbito da Protecção Civil.-----

-----Atendendo a que há vontade da Autoridade Nacional de Protecção Civil em construir um edifício de raiz, para albergar o CDOS.-----

-----Atendendo a que Almeirim se encontra numa zona privilegiada em termos de acesso, quer distritais, quer nacionais.-----

-----Atendendo a que este equipamento é uma mais valia para o Concelho, quer pelas pessoas que lá trabalham, quer pelas pessoas que necessitam de se deslocar a este serviço, quer ainda pela concentração de meios.-----

-----Atendendo ao exposto, proponho que nos termos do número seis do artigo sessenta e quatro e para efeitos da alínea q) do número um do artigo cinquenta e três ambos da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro na redacção da Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, alínea e) do artigo vinte e cinco da Lei cento e cinquenta e nove de noventa e nove de catorze de Setembro e artigo trinta e um do Regulamento de Construção, Venda e

Transmissão de Lotes na ZAE de Almeirim, que seja solicitada autorização à Assembleia Municipal para a Câmara Municipal ceder gratuitamente, em direito de superfície, pelo período de cinquenta anos, à Autoridade Nacional de Protecção Civil, os lotes números oitenta e quatro e oitenta e cinco da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, respectivamente isentos na matriz urbana da freguesia de Almeirim sob os artigos 7273º e 7274º e descritos na Conservatória do Registo Predial de Almeirim, sob os números 05321 e 05322, com as áreas de dois mil e setecentos metros quadrados cada um, a fim de neles, após anexação, ser construído o Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém e outras infra estruturas de Protecção Civil, com reversão em caso de cessação de utilização com aquela a finalidade.-----

-----Valor dos lotes: quarenta e sete mil, cento e quarenta e dois euros, cada um".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Voto favoravelmente porque considero que o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) deve estar numa zona relativamente segura, o que não acontece actualmente visto que parte das instalações estão no planalto scalabitano, zona de grande instabilidade e que pode provocar situações complicadas."-----

-----"ACORDO GLOBAL PÓS 2012" - Foi presente, para conhecimento e posterior aprovação, a carta com a versão dos contributos de Municípios Portugueses, representados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a conferencia das partes para a convenção sobre alterações climáticas, cidades, autoridades locais e alterações climáticas.-----

-----Posto o assunto à votação, foi deliberado por unanimidade, ratificar a participação.-----

----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - A Câmara tomou conhecimento do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português sobre os Protocolos e Contratos de Execução Celebrados entre o Governo e as Câmaras Municipais ao abrigo do Decreto-Lei nº 144/08, de 28 de Julho.-----

-----FEIRA MENSAL - Foi presente a informação do Assistente Técnico, Carlos Matos, dando conta que se encontra com falta de pagamento do terrado em nome de Rui Pedro Feteira Pedrosa, referente ao quarto trimestre de dois mil e oito, no valor de oitenta e dois euros e dezassete cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou remeter o assunto ao serviço proponente e debitar ao tesoureiro a importância referida, depois de cumprir os formalismos impostos na lei.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuídas por todo Executivo, foram aprovadas as seguintes actas:-----

-----Quatro De Maio de dois mil e nove - Aprovada por unanimidade;-----

-----Dezoito de Maio de dois mil e nove - Aprovada por maioria, com as abstenções das Senhoras Vereadoras Manuela Cunha e Joana Vidinha, porque não participaram na reunião.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente às actas aprovadas, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----Foi distribuída por todos os Autarcas a acta de um de Junho de dois mil e nove, para ser submetida a posterior aprovação.---

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e vinte e cinco minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim,
elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

----Presidente da Câmara, _____ A Assistente Administrativa